

INFORME CORECON

Órgão Oficial do Conselho Regional de Economia · 1ª Região do Rio de Janeiro · nº 45 · janeiro · 1993



EXCLUSIVO

Entre o justo e o possível

Em entrevista ao Informe CORECON, o ministro Walter Barelly diz que US\$ 250 seria o valor de um salário mínimo compatível com o PIB do país. Mas admite: "é muito difícil para o governo, em dois anos, atingir essa meta".

Páginas 3 e 4



FOTO: Agência GLOBO

**A falta de ética
na discussão
do orçamento**

Página 5

**Em debate
o discurso
de Itamar**

Páginas 6, 7 e 8

**Agricultura:
crise e
recuperação.**

Páginas 10 e 11

O ano começa em ritmo pouco comum para a política brasileira em janeiro - presidente novo e Congresso Nacional trabalhando. Mais incomum ainda, depois dos anos Sarney e Collor, do conflito quase permanente entre o Executivo e o Legislativo: com equilíbrio e um razoável entendimento entre esses dois poderes.

O Brasil mudou um pouco, e o clima de quase unanimidade nacional em torno do afastamento de Collor abriu uma nova possibilidade de relação entre as forças políticas do país.

O Informe CORECON abre espaço para esse momento da vida nacional. O executivo está presente na entrevista exclusiva do ministro Walter Borelli, em que se pode perceber oportunidades e alguns dos limites desse novo quadro. A atual agenda legislativa também é enfatizada nos temas discutidos nesta edição, como Orçamento e Reforma Agrária, incluídos na pauta do Congresso em janeiro.

Entretanto, apesar da mudança, permanecem as incertezas. O presidente Itamar está amarrado por uma conjuntura econômica complicada pelo aprisionamento da política monetária; pela pressão de oligopólios e do mercado financeiro; por demandas de políticas públicas consistentes para a resolução da grave crise social por que passa o país; e pelo calendário político "quente", repleto de eventos, como o plebiscito sobre sistema de governo e as eleições de 94. São fatores que obrigam o presidente a definições urgentes ou exposição pública de suas dúvidas, o que também está evidenciado nas entrevistas e artigos publicados no Informe.

O que mais de perto nos diz respeito, como economistas, são as incertezas da política econômica, que acabam levando à manutenção do conhecido "feijão com arroz", com a persistência de juros altos e inflação elevada, e a volta da discussão da possibilidade - dirão alguns, inevitabilidade - de um choque econômico ainda no primeiro trimestre do ano.

E o que mais atinge a sociedade como um todo é a necessidade de profundas reformas sociais sem recorrer à demagogia anestésica da pena de morte, introduzida no discurso fácil de alguns.

Os caminhos da transformação e das políticas econômicas de desenvolvimento de longo prazo são as únicas soluções consistentes para debelar a crise. O Informe CORECON inicia 1993 com o estímulo ao debate, partindo da discussão sobre a Reforma Agrária, e seguirá ao longo do ano apresentando, de forma democrática e plural, os temas mais importantes ligados à resolução da questão social e da miséria, às grandes transformações e à retomada do desenvolvimento do país.

Destacamos, também, nesta primeira edição do ano, uma nota de agradecimento ao ex-conselheiro Márcio Henrique M. de Castro, hoje no Cofecon, que, até dezembro, foi o responsável pelo Informe CORECON, garantindo, com sua dedicação e competência, a periodicidade e a qualidade de nosso jornal.

CURSO

Você vai fazer
Mestrado em Economia?

CURSO
IERJ/ANPEC

Primeiro lugar em 1992
com 90% de aprovação

Inscrições: Março de 1993
Av. Rio Branco, nº 124,
18º andar
tel.: 231-1077

CORECON/ Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro. Av. Rio Branco, 109/ 19º andar, Rio de Janeiro, CEP 20054 - 900. Tel.: (021) 224-0578. Fax.: (021) 221-0958. **Presidente:** Maurício Buzanovsky. **Vice-Presidente:** Luiz Antonio Rodrigues Elias. **Conselheiros Efetivos:** Carlos Francisco Theodoro Machado Ribeiro Lessa, Luís Otávio de Figueiredo Façanha, Luís Carlos Pires de Araújo, Hélio Oliveira Portocarrero de Castro, Ignácio de Mourão Rangel, Sidney Pascounto da Rocha, José Roberto Correia Soeiro. **Conselheiros Suplentes:** Eduardo Luiz de Mendonça, Renato Augusto da Matta, Eustáquio José Reis, Rosa Maria Porcaro, José Carlos Negri Periard, Alexandre Baptista Freire, Ronaldo Raemy Rangel, Renato Luiz Melo de Oliveira, Carlos Aguiar de Medeiros. **Secretaria Executiva:** Duvit Regis Kirschbaum. **Secretaria de Fiscalização:** Luiz Sérgio Ribeiro. **Delegacia Regional de Campos:** Denise Cunha Tavares Terra - Av. Dom Bosco, 49. Tel.: (0247) 23-833. **Biblioteca Eginardo Pires:** bibliotecária Ângela Peixoto.

INFORME CORECON / Órgão Oficial do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro - Editora e Jornalista Responsável: Deolinda Saraiva (MT -14109). **Diretor Responsável:** Luiz Antonio Rodrigues Elias. **Conselho Editorial:** Luiz Antonio Rodrigues Elias, Adhemar Mineiro, Ronaldo Raemy Rangel e Renato Luiz Melo de Oliveira.

Coordenação e Edição: Frilas Serviços Jornalísticos Ltda.: Tel.: (021)262-7076. **Diagramação e Editoração Eletrônica:** Luiz Bello. **Fotografia:** Ana Lúcia Arrázola. **Fotolito e Impressão:** Monitor Mercantil. **Tiragem:** 20.000 exemplares. **Periodicidade:** Mensal.

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição do CORECON/RJ. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

Crise profunda: mudanças profundas?

Depois de representar os interesses dos trabalhadores brasileiros no movimento sindical durante muitos anos, Walter Barelli está agora vivendo as especificidades do cargo de ministro do Trabalho no governo Itamar.

E é como ministro que ele falou, com exclusividade, ao Informe CORECON, neste início de 1993.

Barelli foi sucinto em suas respostas, mas deixou claro que está afinado com a vocação do atual governo.

Condicionou a aplicação da isonomia entre os servidores públicos ao aumento da receita, disse que dificilmente a recomposição do salário mínimo

se dará ainda no governo Itamar e

externou sua opinião sobre a recuperação do emprego.

A seguir, a íntegra da entrevista:

CORECON - Recentemente foi apresentada à sociedade brasileira uma nova política salarial, que ampliou ligeiramente o nível de recomposição bimestral, assim como as faixas contempladas pela reposição integral (de 3 para 6 salários mínimos) e explicou uma intenção com relação ao salário mínimo, através da fixação de alguns critérios. Apesar disso, esta lei foi promulgada em caráter transitório. Que modificações são pensadas a partir de maio?

Walter Barelli - Em primeiro lugar, a presente política salarial foi pensada como uma política de rendas em um momento em que os

estoques estavam baixos. Num contexto recessivo visa sinalizar a retomada do crescimento da produção. Neste quadro, a aposta feita é que a retomada do crescimento pode levar a uma queda da inflação, constituindo um novo pano de fundo para as negociações dos salários do segundo semestre. Em se verificando este cenário, bastariam pequenos ajustes na política salarial.

CORECON - Para o estabelecimento do patamar do salário mínimo em US\$ 100, o senhor utilizou como referência o salário de alguns países africanos. Para justificar a elevação a US\$ 200,

foi feita uma comparação com outros países latino-americanos. Nesse sentido, quando podemos esperar o salário mínimo compatível com o PIB do país?

WB - Raciocinando em termos estáticos, este salário mínimo poderia ser da ordem de US\$ 250, desde que a renda fosse melhor distribuída. No entanto a elevação progressiva do salário mínimo só é compatível numa dinâmica de crescimento do PIB, como indutora e resultante. Nas duas hipóteses é muito difícil a um governo de dois anos atingir essa meta.

CORECON - Nesta transito-

riedade, o ministro espera ser possível elaborar uma proposta definitiva sobre contrato coletivo de trabalho, incorporando-a a uma nova lei salarial, a partir de maio?

WB - Não. Maio é curtíssimo prazo. O contrato coletivo de trabalho - ou um sistema democrático de trabalho - precisa de mais tempo para sua consolidação. O Ministério do Trabalho, ao eleger esse tema, quer mostrar que, em épocas de crise profunda, se de um lado há grandes dificuldades para mudar o padrão de distribuição de renda, por outro lado apresentam-se oportunidades para mudar-se o

padrão de distribuição de poder, o que interferirá em seguida na distribuição de renda. É o que desejamos com o contrato coletivo de trabalho.

CORECON - O governo está encaminhando ao Congresso Nacional mensagem reajustando os salários dos servidores públicos federais. Neste projeto não está contemplada a questão da isonomia, reivindicada pelas entidades da categoria. Quais os motivos que estariam impedindo uma isonomia já? O ministério possui algum estudo para viabilizá-la no futuro?

WB - A resposta é simples. Não há receita suficiente para simultaneamente conceder reajustes que compensem a inflação e corrijam todas as profundas injustiças de um falso processo de isonomia havido. Assim sendo, o governo optou, num primeiro momento, por atuar na reconstituição do poder aquisitivo. A correção das injustiças será feita progressivamente, na medida em que vá havendo receita suficiente para tal.

CORECON - Ainda no âmbito do setor público, e nos referindo agora às empresas estatais: verifica-se que, muitas vezes, os departamentos de recursos humanos dessas empresas se utilizam do argumento da fidelidade à política salarial e às relações de trabalho oficiais para endurecerem as negociações com seus trabalhadores. Esta prática é orientação do ministério? Orientada ou não, mantendo-se esta prática, e estando as estatais em permanente concorrência por bons profissionais com as maiores empresas do setor privado (muitas das quais adotando reajustes mensais), isto não poderia comprometer a sua capacidade técnica e profissional?

WB - Com a criação da Coordenação das Empresas Estatais,

buscar-se-á trabalhar com os mesmos critérios estabelecidos para as empresas do setor privado. Com relação à segunda parte da pergunta, a idéia é de trabalharmos com contratos de gestão, onde as metas pré-definidas sejam alcançadas nas condições em que o contrato estabelecer. Com isso, busca-se combater o corporativismo e o inchaço de determinadas estruturas, buscando medir o desempenho das empresas, pelo cumprimento de objetivos que possam ser verificados pelo conjunto da população.

CORECON - Entre estas orientações estaria alguma defesa do emprego dos trabalhadores dessas empresas?

WB - Mais do que o emprego, creio ser importante a defesa da qualificação e do aperfeiçoamento profissional dos trabalhadores dessas empresas, uma vez que a taxa de rotatividade nas estatais é pouco significativa.

CORECON - Quanto à privatização, como o governo encara a participação de funcionários da empresa no processo, inclusive com a possibilidade de utilização de dívidas do Estado para com estes trabalhadores, como, por exemplo, a do FGTS?

WB - A posição do governo, em termos instrumentais, está exposta no decreto recém-assinado pelo senhor Presidente da República. A atitude da nova comissão diretora

deverá ser de diálogo com os trabalhadores e neste âmbito deverão ser tratadas as diferentes demandas que vierem a surgir.

CORECON - Ao lado da política salarial mais abrangente, o governo tem propostas concretas para a recomposição dos níveis de emprego?

WB - Sim. Inicia-se pelo aumento progressivo dos salários e passa por

três inicitivas já anunciadas e que estão em processo de negociação nas câmaras setoriais: o da indústria automotiva, construção naval e agroindústria; segue no plano de recuperação das estradas federais e abrange o programa de iniciação profissional para os recém-formados de nível superior e de escolas técnicas. Envolve, também, ações em áreas de desemprego crônico, através da promoção de empreendimentos autogeridos.

CORECON - Como o governo pretende conciliar a necessidade de recomposição dos níveis de emprego

e uma política salarial mais abrangente, com uma estrutura produtiva que vem sendo sucateada nos últimos 12 anos?

WB - O que está sucateado é o capital social básico, ou seja, toda a infra-estrutura: hospitais, escolas, estradas, ferrovias, etc. As empresas privadas já fizeram sua reconversão produtiva em quase todos os setores importantes, ou estão em condições de fazê-la.

Infelizmente, o setor público não compreendeu as mensagens do mestre Inácio Rangel e não fez o mesmo, através da antecipação dos contratos de concessão de serviços públicos.

CORECON - O economista Walter Barelli durante muito tempo foi um dos representantes da sociedade civil organizada na interlocução com o Estado. Hoje o ministro Barelli representa o papel inverso. Em termos estritamente pessoais como se deu esta mudança?

WB - A aceitação, pela primeira vez de um convite para participar da atividade governamental, nasceu do compromisso que todo brasileiro que esteve nas concentrações do movimento pela ética na política assumiu com o futuro do país. Não se derruba um presente eleito, com 35 milhões de votos, impunemente. Cria-se neste momento a necessidade de todas as forças do país convergirem para a governabilidade. Como ministro tento dar a minha contribuição.

CORECON- Durante muito tempo, enquanto assessor de movimento sindical, o senhor defendeu a tese de que o Estado não deveria interferir diretamente nas relações capital-trabalho. Nessa nova situação o Ministro do Trabalho é cobrado pelo movimento sindical a interferir diretamente nessas relações?

WB - Em casos de frustração de alguns processos de negociação salarial o ministério tem sido chamado para abrir novas possibilidades para a solução de conflitos, mas em todos esses momentos a participação tem sido no sentido de facilitar o entendimento entre as partes. Um sistema democrático de relações de trabalho não elimina a participação do Estado, apenas a qualifica para um ação mediadora e estimuladora da contratação.

"Não se derruba um presente eleito, com 35 milhões de votos, impunemente. Cria-se neste momento a necessidade de todas as forças do país convergirem para a governabilidade."

A Ética na política ainda não chegou ao orçamento

João A. Sucupira *

Fala-se que o processo de *impeachment* deverá mudar o comportamento dos políticos. Pode até ser verdade, mas quando se observa a discussão do orçamento no Congresso Nacional, parece que todo aquele esforço não passou de um surto de ética, pois o grupo de parlamentares que controla o orçamento continua atuando como sempre.

Depois que o ex-presidente Collor foi afastado e o presidente Itamar assumiu, ainda na condição de interino, o novo governo imediatamente tomou a iniciativa de substituir o projeto de lei orçamentária 93, que já tramitava na Comissão Mista de Planos, Orçamentos e Fiscalização do Congresso Nacional. Entretanto, em função dos estreitos prazos disponíveis, levando-se em conta a complexidade do trabalho, a nova proposta sofreu poucas mudanças, limitando-se praticamente a uma atualização decorrente da reforma administrativa.

No Congresso, o natural seria os parlamentares discutirem o programa de gastos da proposta Itamar, à luz das prioridades previamente fixadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e das metas da Lei no Plano Plurianual 1993-95. Que obras devem ser levadas a cabo no sentido de melhorar o padrão de vida da população? Como estão refletidas no orçamento as políticas públicas de combate aos problemas cruciais: a fome, a saúde, o analfabetismo, a habitação, o desemprego? Como serão gastos os US\$ 40 bilhões que o governo pretende destinar para fins sociais? Como resolver a incômoda questão do comprometimento das receitas orçamentárias: 65% para os encargos das dívidas interna e externa e menos de 5% para investimentos? Ou seja, diante do alargamento do estado de miséria e dos poucos recursos públicos, há que se ter muito cuidado na aprovação de uma despesa.

É justamente esta falta de cuidado, o uso de critérios inaceitáveis na aprovação das emendas, que mais tem caracterizado a atuação do Congresso na elaboração do orçamento.

A DISCUSSÃO

Para analisar o orçamento 93 foram instituídas subcomissões temáticas permanentes, cada qual responsável por um dado número de relatórios parciais compostos por ministérios, ou por alguns órgãos, nos casos de ministérios relativamente maiores. Os relatores elaboraram seus pareceres indicando quais emendas deveriam ser aprovadas, parcialmente aprovadas (incluídas no orçamento mas com valor inferior ao pleiteado) ou rejeitadas.

Em seguida, os membros das subcomissões reuniram-se para discutir e votar os relatórios. Para se ter uma idéia do modo como foi conduzido este processo, o Presidente da Comissão Mista, Deputado Messias Góes (PFL/SE), fixou seu início para o sábado (5/12) e, atropelando todos os obstáculos, conseguiu finalizar a votação do último relatório na madrugada da terça-feira seguinte. De fato, depois que a revisão da proposta orçamentária chegou ao Congresso, os parlamentares tiveram

apenas 17 dias úteis para analisá-la, fazer as emendas e, em 3 dias, votaram os relatórios parciais que davam conta de cerca de 20 mil emendas (70 mil se considerarmos as emendas ordinárias que por orientação do presidente da Comissão Mista não deveriam ser analisadas).

É simplesmente inacreditável que neste ínfimo período qualquer um dos membros dessas subcomissões tenha tido tempo suficiente para examinar o teor dessas emendas.

Os três dias de votação dos relatórios parciais nas subcomissões temáticas mostraram o total despreparo da maioria dos parlamentares para tratar de um assunto tão sério como o destino dos recursos públicos. A farsa começava pela manhã e seguia até a madrugada do dia seguinte, numa demonstração clara de que a preocupação consistia em aprovar os relatórios da maneira como se apresentavam. Na verdade, os mesmos nem poderiam ser analisados pois tornavam-se disponíveis para tanto apenas algumas horas antes de serem votados. O

parlamentares estão à frente das demandas públicas. O Dep. Eraldo Tinoco (PFL/BA) no seu relatório sobre o Ministério da Educação e Desportos, diz o seguinte: "finalmente adotamos um critério uniforme para o acolhimento das emendas prioritárias de cada parlamentar: como poderíamos utilizar cerca de Cr\$ 83 bilhões para o acolhimento dessas emendas, dividimos esse valor pelo número de parlamentares que apresentaram emendas prioritárias, resultando um valor médio aproximado de Cr\$ 250 milhões, a preços de abril, para cada um". Aqui o que está em jogo não é o estado crítico em que se encontram as universidades e escolas técnicas federais do país ou a situação dos professores. Na verdade, a preocupação do relator foi explicitar que atendeu a todos os parlamentares e com isso ter seu relatório aprovado tranquilamente.

Poderíamos citar vários outros casos em que os relatores demonstram abertamente que não se levou em conta o mérito das emendas, mas

fisiologismo / clientelismo feitas aos trabalhos da Comissão Mista, o líder do governo na Câmara Dep. Roberto Freire (PPS/CE), propôs que sejam retirados do projeto de lei orçamentária todas as previsões de gastos consideradas típicas de governos estaduais e municipais.

A iniciativa pode até ser louvável no sentido de liberar para o exercício de 1993 mais recursos para a esfera do governo central. Há mesmo alguns mais otimistas achando que dessa forma estaria sendo desbaratada a rede de influências de um pequeno grupo de parlamentares, conhecidos como os "anões" da Comissão Mista, que controlam a distribuição de verbas orçamentárias.

Não se trata de criticar esta iniciativa mas de propor que se aprofunde as negociações em torno de dois pontos fundamentais. O primeiro deles recai numa discussão mais ampla que é a do papel do Estado. Especificamente, quais as atribuições de cada esfera do governo? Isto é, se estamos falando de orçamento federal, por que incluir programas ou obras que seriam naturalmente da competência dos governos municipais e estaduais? No entanto, há que se ter o cuidado para não se reduzir este problema a uma questão de falta de recursos, uma questão conjuntural, que nem deve, necessariamente, ser atrelada à discussão sobre a reforma fiscal (os jornais publicaram declarações do Dep. Delfim Netto (PDS/SP) de apoio a esta iniciativa de limpeza do orçamento, como uma das alternativas à reforma fiscal do Governo).

Mesmo que o orçamento contemplasse recursos suficientes para o financiamento dos planos de gastos do governo, ainda assim caberia a preocupação com a divisão de tarefas entre a União, estados, e municípios, pois estaríamos minimizando o desperdício de dinheiro devido à superposição de tarefas hoje existentes em vários setores, principalmente na educação e saúde.

O segundo problema diz respeito ao tipo de participação dos nossos congressistas na elaboração do orçamento. No Brasil há quem diga que há uma verdadeira mania por mudança. No caso particular do orçamento as coisas parecem não mudar nunca. Todos os anos repete-se a mesma ópera com os mesmos protagonistas controlando a cena e mantendo assim suas posições como se donos fossem do nosso dinheiro.

É preciso que se criem mecanismos eficazes no sentido de tornar séria a discussão do orçamento, antes que, por conta das denúncias de sempre, surjam idéias com o objetivo de tirar do Poder Legislativo a possibilidade de intervir neste processo. Não se pratica a democracia sem liberdade de decidir o destino dos impostos arrecadados.

Parlamentar	Solicitação	Valor Solicitado	Valor Atendido
Ibrahim Abi Ackel (PFL-MG)	Construção de 400 casas populares em Rio Acima, MG	500.000 (US\$230 mil) Preço por casa: US\$575	200.000 (US\$ 91 mil) Preço por casa: US\$ 227
Maria Luiza Fontenele (PSB - CE)	Construção de 100 casas populares em Itarema, CE	5.000.000 (US\$2,3 milhões) Preço por casa: US\$ 23 mil	100.000 (US\$ 45 mil) Preço por casa: US\$ 450

Fonte: Relatório Parcial (setor 19) do Dep. Paulo Mourão (PDS/TO)

relatório do Dep. Pedro Tassis (PMDB/MG), responsável pelo cobijado DNER, foi distribuído às 23 horas do sábado e por pouco não foi votado naquela mesma rodada de sessões. Segundo alguns dos presentes (assessores parlamentares e lobistas), a maioria dos relatórios já estavam prontos mas não eram distribuídos exatamente para dificultar a análise mais criteriosa dos mesmos.

O loteamento dos recursos orçamentários entre os parlamentares que apresentaram emendas ao projeto do governo foi o que prevaleceu nas votações. Os critérios utilizados para acatar uma emenda, quando eram explicitados, nunca eram passíveis de comprovação. Alguns parlamentares protestavam mas não conseguiam impedir que o processo de votação continuasse, tal a avalanche dos que vinham em socorro do parlamentar relator, que por alguns instantes encontrava-se em situação incômoda para responder às críticas.

Em relação aos critérios de aprovação das emendas, a leitura de alguns dos relatórios mostra que os interesses privados dos

o atendimento aos parlamentares.

Uma das consequências graves dessas opções é a descaracterização do orçamento como uma peça importante no planejamento governamental. Ora, como justificar um orçamento em que o custo médio de uma casa popular no Ceará foi estimado em 23 mil dólares e em Minas Gerais apenas 575? Nesse caso, o Dep. Paulo Mourão (PDS/TO) decidiu aprovar as emendas solicitadas mas com valores bem abaixo do solicitado e da realidade (ver quadro). Ou seja, um orçamento onde o que importa não são as cifras mas a ilusão. Na prática, o que o parlamentar deseja é ver sua emenda aprovada, independentemente do valor, pois uma vez registrada no orçamento, o problema passa a ser a aprovação de verba suplementar que depende de negociação política durante todo o ano seguinte.

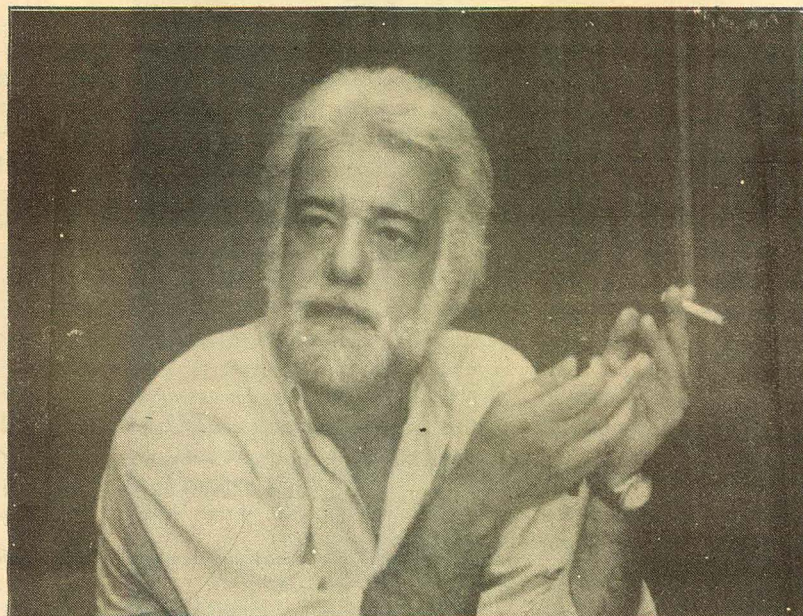
A TENTATIVA DE "LIMPEZA"

Diante das dificuldades em aprovar a reforma fiscal nos moldes inicialmente programados e aproveitando as rotineiras denúncias de

(*) Pesquisador do IBASE e Professor do Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Estácio de Sá.

Economistas analisam o disc

O CORECON reuniu três especialistas - José Cláudio Ferreira (Ipea), Eduardo Scaletsky (UFRRJ) e Carlos Alberto Cosenza (COPPE) para uma entrevista cujo tema foram as idéias propostas pelo presidente Itamar. Como ponto de partida, os entrevistados leram previamente a ítegra do discurso de posse do novo presidente, publicado pelo Jornal do Brasil, em 31 de dezembro de 92. Foram feitas cinco perguntas chaves, e a que ocasionou mais polêmica sobre foi sobre a questão das taxas de juros. A seguir, as opiniões de cada um:



José Cláudio Ferreira

Qual a opinião dos senhores sobre a política econômica do governo Itamar?

José Cláudio Ferreira - Uma previsão realista da política econômica a ser perseguida pelo atual governo exige, como condição prévia, que se perceba o perfil do político Itamar Franco.

Em primeiro lugar, trata-se de um político do tipo tradicional, que construiu sua carreira (e suas idéias) no dia-a-dia do convívio social, em contato direto e permanente com a população, aprendendo a interpretar seus sentimentos.

É um homem do interior, cultivador do hábito da humildade, que fez disto o seu marketing político: ele sabe que a população vê nas altas taxas de juros uma causa importante da recessão: ele sabe que a população, mais que a própria doença, teme a eventual impossibilidade de curá-la devido aos altos preços dos remédios.

Sendo um nacionalista dos anos 50 - onde se priorizava o crescimento do país e a redução das disparidades sociais sem uma integração maior com o resto do mundo e ignorando toda e qualquer restrição de ordem econômica - o presidente Itamar Franco não passou por qualquer treinamento na área de economia.

Além disso, nem como candidato a vice-presidente foi exposto ao confronto de idéias econômicas - em reuniões e debates públicos -, exercício que no Brasil, lamentavelmente, é reservado apenas aos candidatos à Presidência da República. Novamente, não teve necessidade de

familiarizar-se com as questões econômicas.

Aceito este perfil do político Itamar Franco. Creio que não surpreende a ninguém o "discurso" inicial do presidente. É o "discurso" de um político tradicional, que consegue perceber e manifestar com clareza o sentimento popular, que parece ser o seu próprio sentimento da realidade. Isto o transforma em alguém brigando consigo mesmo. É o cidadão Itamar em permanente luta com o presidente Itamar: Por ser um cidadão honesto, é contra qualquer forma de corrupção e privilégios oficiais e acredita ter poderes para eliminá-los. Por ser um desenvolvimentista, identificou corretamente na taxa de juros o principal instrumento recessivo adotado pela administração anterior e acredita ter poderes para reduzi-la e mantê-la baixa sem qualquer consequência econômica mais séria.

Por ser um homem comum, exaspera-se ao observar elevações exageradas de preços - que atribui à especulação dos agentes econômicos - e acredita ter poderes para contê-las. Por ser um político tradicional, acredita no paternalismo do Estado, exigindo redução real nos preços e tarifas dos bens e serviços produzidos pelo setor público. E tal situação não é necessariamente ruim, embora a fase de aprendizado do presidente possa ser longa e dolorosa. Um bom economista e com boa didática pode - tratando-se de um "aluno" aplicado - fazê-lo perceber a sua fraca formação econômica e indicar-lhe,

pelo menos, os caminhos que não deve trilhar.

Havendo sucesso nesta empreitada, o presidente Itamar logo entenderá que: Eliminar a corrupção não é tarefa para um só homem; o custo da política de redução dos juros é a aceleração inflacionária; o poder de polícia é inadequado ao controle de mercados; e o déficit financeiro que a defasagem de preços e tarifas gera nas empresas estatais é grandioso demais para ser sustentado. Diante deste "perfil" do presidente, acredito que se pode estabelecer dois cenários para a política econômica nos próximos meses: o primeiro é o cenário dos sustos. Nele, se teria uma política de cunho "populista", ainda por algum tempo. Após dois ou três "sustos" representados por repentinas elevações da taxa de inflação - o primeiro "susto" provavelmente já em fevereiro - o presidente teria apreendido a lição e a política econômica tornar-se-ia mais ortodoxa e menos "populista".

O segundo é o cenário do choque. Acreditando que os atuais administradores da economia reconhecem que, com a inflação no patamar atual, não se pode reduzir impunemente as taxas de juros, este cenário concede alguma racionalidade ao que tem sido feito. De fato, só faz sentido a queda já ocorrida na taxa de juros se no horizonte temporal dos dirigentes consta algum tipo de "choque" logo após concretizado o ganho fiscal originado do ajuste em tramitação no Congresso Nacional. Se o "choque" faz parte do

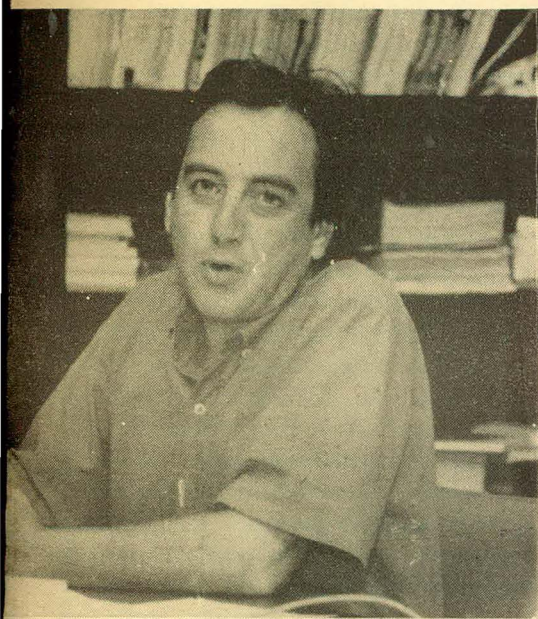
cardápio futuro das medidas econômicas é desejável estimular, agora, a formação de estoques na economia, que estão em níveis extremamente baixos após um ano de arrocho monetário.

Naturalmente, o sucesso ou o fracasso do "choque" vai depender de como será conduzida a política econômica a partir dele. Em outras palavras, se o presidente apreendeu ou não o fato da existência de restrições em economia. A opção pelo populismo seria o caminho mais fácil para o fracasso.

Estes dois anos de Governo Itamar serão muito parecidos com os dois anos finais do Governo Sarney, também um vice-presidente que assumiu a Presidência da República sem qualquer familiaridade com as questões econômicas. Lamentavelmente, naquela ocasião faltou um bom professor.

Eduardo Scaletsky - O governo Itamar nasce de dois governos anteriores. Um, o governo Sarney, de falta total de autoridade política, sustentado por uma tradicional troca de favores, completamente impotente para qualquer mudança econômica. Em cima da polarização ocorrida na eleição de 89, emerge o governo Collor, cujas características são opostas ao governo Sarney, mas o resultado acaba sendo o mesmo. Em primeiro lugar, ele se caracterizou pelo isolamento econômico e político. Outra característica é que o governo Collor assume um estado em crise e desmorona o que resta dele. Quebra a máquina estatal e também qualquer tentativa

Curso de Itamar



Eduardo Scaletsky

de uma política econômica mais consistente. Dessa herança maldita é que nasce o governo Itamar. Nesse sentido, dá para entender as primeiras manifestações do presidente. A essência de seu discurso é que ele vai contra qualquer autoritarismo na política econômica. O presidente Itamar percebe que precisa fazer um governo, nesses dois anos de mandato, profundamente diferente dos seus recentes antecessores. Ele tem que se diferir do governo Collor e fugir do estigma de "presidente por acaso", que o assemelha ao perfil de José Sarney. A terceira herança do novo presidente é que ele assume com um Congresso profundamente fortalecido. Daí as características políticas desse governo. Ele é explícito em uma citação que fez em seu discurso, de que "não há poder político legítimo que se enxergue sobre o Parlamento". E diz mais: "muitos males da política econômica decorrem dos abusos do poder do Executivo." É esse exatamente o ponto em que o presidente Itamar mais agrada à sociedade. É um governo que surge com um Ibope alto, o que não é um caso comum no Brasil, onde a tendência é de se ter um novo governo já com uma forte oposição. Nas pesquisas de opinião feitas junto a empresários, sindicalistas e elites políticas, o que mais se destaca no perfil do presidente Itamar é, em primeiro lugar, ele ser modesto; em segundo lugar, ser bastante nacionalista; e em terceiro, ser confiável. E o que mais agrada às elites é a sua capacidade de articulação política e de negociação com a

sociedade. Abre-se no país, depois de muitos anos, a primeira possibilidade de se fazer algum tipo de acordo social.

Quando a política econômica é gestada com estas características de governo, a postura mais correta e a que tem sido mais seguida é a de acalmar os agentes, tentando reverter expectativas de medidas cirúrgicas, através de tomadas de decisões muito mais importantes. Embora a tendência dos economistas seja a de desejar decisões rápidas, técnicas, precisas, que nos levariam, teoricamente, a alguns caminhos, o governo adota uma posição extremamente cautelosa, lenta, em que as decisões são exaustivamente discutidas. Não é mais a política tradicional do toma lá dá cá. É uma política de discussões, que é uma característica importante da política econômica atual. A palavra de ordem é: "Não temos pressa".

Nessa tentativa de reverter expectativas, podemos levantar vários tópicos. Um é a idéia de se baixar as taxas de juros, procurando com isto reverter a recessão, combater a inflação. Na minha avaliação estritamente econômica, a baixa das taxas de juros seria uma decorrência da tranquilidade conseguida no mercado. Em relação à política externa, a única declaração feita até agora é a de não mudar nada nos acordos feitos anteriormente; nenhuma novidade na política cambial, nem no comércio exterior. O que o governo tem mostrado interesse é em modificar as regras da privatização. Ele mudou o ritmo das privatizações, agora bem mais lentas; procura se cercar de controles sobre o processo. Ao tirar do BNDES as decisões relacionadas com o processo de privatização, ele passa a questão da área técnica para o fórum político. O que muda não é a idéia de privatização, mas a orientação ética e jurídica. O mais interessante neste campo da privatização é o interesse mostrado pelo presidente de vincular os recursos arrecadados à área social.

Carlos Alberto Cosenza - O programa proposto pelo governo Itamar, através do ministro Paulo Haddad, é voltado basicamente para economia regional. São ainda idéias antigas, como, por exemplo, o aproveitamento de recursos vocacionais na tentativa de fixar as pessoas em seus estados, evitando aglomerações nos grandes centros. Nesta fase da crise, isto é impraticável. Os grandes problemas que existem hoje no campo foram agravados com a proposta, do antigo governo, de

complexos técnicos que nada tinham a ver com os recursos vocacionais, e ainda originando expectativa negativa, forçando o fluxo para as cidades.

O que mantinha estas pessoas nas grandes cidades era principalmente a construção civil, que está em crise. Outros programas, como a cesta básica, voltados aos cidadãos da periferia, são projetos acessórios, de curtíssimo prazo, que não vejo como incluir no planejamento. O relevante são as idéias de caráter social. São os projetos importantes, o que é ressaltado pelo fato de que quem hoje reclama contra o governo Itamar são os banqueiros e os oligopólios, o que é muito positivo para a sociedade.

Há que se rever o conceito de déficit público, porque, num país subdesenvolvido dificilmente você pode considerar o déficit como algo único, já que você tem uma série de recursos que geram déficits, ligados a projetos de longo prazo, ou a projetos mal elaborados, ou à própria corrupção que envolve o sistema. Em compensação, você tem déficits voltados para a melhoria de infraestrutura de produção. Isso gera uma pressão inflacionária, mas tem um retorno substancial. Cria uma infraestrutura capaz de suportar um aumento de safra como a que tivemos agora. Nesta safra, com as condições que a infraestrutura hoje se apresenta, vamos perder entre 40% e 50%. Tudo isso em função dos cortes de investimentos, e de manutenção. Uma coisa elementar em um país como o nosso é que toda a vez que você ajusta despesa com receita, a arrecadação cai logo no período seguinte. E novamente tem de se ajustar despesas com receita. É um multiplicador negativo. O objetivo principal é o combate à inflação. Você aumenta as taxas de juros, comprime os salários e evidentemente a demanda cai. A expectativa da teoria tradicional é de que os preços também caiam. Acontece que as próprias taxas de juros elevadas criam uma alternativa para aplicação de recursos por parte dos empresários. Ao invés de baixarem os preços, eles preferem reduzir a produção e jogar o capital no mercado financeiro.

Uma política como essa, para ser mantida, como estava sendo no governo Collor, leva a um desgaste da infraestrutura de produção. Isso significa que, mesmo se você conseguisse baixar ou estabilizar a inflação, não teria as bases sobre as quais a economia pode se recuperar. Porque não há investimentos, não se pode contar nem com recursos energéticos. Então, não se pode voltar a crescer a 3% porque está estrangulado de energia. E esses problemas foram causados pela política de combate da inflação. Acho que nesse sentido é que haverá uma mudança fundamental.

A taxa de juros pode ser trabalhada em parte pelo governo. No momento em que as taxas de juros não superem mais as taxas de retorno dos projetos, evidentemente que o capital vai para a produção. Esse era o grande paradoxo do governo

Collor, que era de manter uma política de modernização do parque industrial, enquanto estava fazendo uma política recessiva, derrubando a demanda de uma série de atividades que poderiam se modernizar se realmente o mercado tivesse as condições.

Qual a necessidade do governo de manter efetivamente as taxas de juros altas?

José Cláudio Ferreira - O mercado financeiro sempre gosta, estando as taxas de juros altas, que elas sejam reduzidas. Um levantamento nos balancetes dos bancos nacionais irá mostrar que todas as vezes em que as taxas estiveram altas, no momento da queda, o lucro destes bancos foi bastante significativo. As taxas de juros têm que ser reais aos olhos do agente econômico. Se todo o mercado espera uma inflação de 20%, você pode colocar 20,5% nas taxas de juros, sem problemas. O grande problema é que o governo oferece taxas de juros abaixo das expectativas de parte do mercado em torno da inflação. Você começa a dar margem para todo tipo de especulação.

Nós tivemos um aumento de consumo agora com o Natal que surpreendeu os agentes econômicos. Isto está gerando novas listas de preços que irão aparecer na inflação de fevereiro ou março. É a antiga história de ser mais prático; com o aumento da procura, elevam-se os preços ao invés de se produzir mais mercadorias. É a hora de recuperar as margens de lucro. É o que chamei de sustos.

Eduardo Scaletsky - Na minha opinião, a redução das taxas de juros é uma consequência. Não defendo taxas de juros reais altíssimas. Mas elas devem ser mantidas altas por agora. Este governo tem um trunfo. Todos os outros governos eram prisioneiros da renegociação diária da dívida de títulos.

Carlos Alberto Cosenza - A política ortodoxa prega a necessidade de um programa de combate à inflação com taxas de juros elevadas. No Brasil, isso não funciona na prática. Primeiro porque o investidor, que tinha como inimigo a taxa de juros, se aliou a essa taxa. Além de preferir aplicar no mercado financeiro, esse empresário coloca o custo financeiro na formação de preços, mesmo que ele não esteja tomando dinheiro no banco. O preço no Brasil funciona assim: custo operacional, que muitas vezes é bem pequeno, mais o custo financeiro, mais a expectativa inflacionária.

O governo, hoje, pode tomar uma atitude bem clara perante a sociedade, na formação de preços no país. Porque não é mais a política econômica que está causando essa política inflacionária. Um empresário já chegou a declarar a um jornal que jogou os

preços lá em cima. "Se colar, colou." A sociedade não pode mais se voltar para a política de preços do governo. Não é mais o governo que comanda isso. A sociedade deve começar a cobrar de quem realmente está levantando os preços. Eu acredito que o governo Itamar siga com sua política social e deixe que a sociedade cobre do sistema produtivo e de comercialização os altos índices inflacionários.

Vocês falaram em suas exposições, exceto o Professor Cosenza, que o presidente Itamar é um nacionalista típico dos anos 50. No discurso dele, existem duas declarações que se confrontam com este perfil. Uma, a garantia da regularização da situação com os credores; e outra que diz respeito a voltar o país para o comércio externo que, segundo ele, foi o que ajudou o extraordinário desempenho dos 100 anos anteriores a 1980. É uma ênfase exagerada para um nacionalista dos anos 50?

José Cláudio Ferreira - Eu não quis dizer que o presidente Itamar é hoje um nacionalista dos anos 50. Ele é oriundo do nacionalismo dos anos 50. Aquelas pessoas que participaram do movimento nacionalista dos anos 50 não tiveram uma formação econômica que lhes permitisse observar as restrições do sistema econômico. O presidente não teve um conhecimento profundo de economia em sua formação política. Mas, por outro lado, um dos méritos de seu governo é de ter conseguido colocar os economistas em seus devidos lugares. São assessores a serviço de políticos. Estão ali para orientar.

Eduardo Scaletsky - Essa é a grande diferença e a grande vantagem deste governo, em comparação com o anterior. Depois de tantos entendendo tanto da parte econômica, entra um político que pode perfeitamente suprir sua deficiência se cercando de técnicos.

Carlos Alberto Cosenza - A partir de 1980, com esse desastre econômico, cabem as idéias de planejamento de 1950. Na realidade, pela primeira vez se fez planejamento no Brasil. Houve corrupção, mas teve muita coisa que deu certo também. É possível que essas idéias sejam retomadas agora, com um nível mais elevado e com um conhecimento maior do território. A desestrutura econômica permite e pede isso. Desestrutura econômica e de infraestrutura. Essa degradação da infraestrutura deve-se à política do governo Collor, que foi extremamente recessiva. O combate à inflação deveria ter a recuperação da economia, só que esse programa levou a um desgaste das bases no qual a economia ia se recuperar. A economia foi levada pelos notáveis, os ortodoxos, os que se comprometeram com os pagamentos irreais da dívida externa. Eu acredito que a proposta do presidente Itamar seja séria, e

a retomada das idéias de 50 é possível porque, depois de 1980, tudo se destruiu. Dessa forma, poderemos dar um salto para um investimento externo, com base para um mercado de competição.

Sobre o ajuste fiscal, o governo espera que, com a sua aprovação, consiga um superávit de US\$ 10 bilhões. Vocês vêem o atual governo como o governo do pacto? Esse ajuste fiscal pode possibilitar equilíbrio à frente?

Eduardo Scaletsky - É difícil se prever. Esse imposto sobre transações financeiras é uma incógnita. O governo deveria investir na remontagem do sistema fiscal, ampliando este aparelho. O número de fiscais de renda no Brasil é igual ao número de fiscais da costa oeste da Noruega. Isso é impossível. Trata-se desse governo remontar o aparelho de Estado, especialmente o aparelho fiscal, mesmo porque ele não existe. O governo tem mostrado interesse nesse sentido, quando vem tentando valorizar novamente o funcionalismo das universidades públicas, etc.

José Cláudio Ferreira - Existe um trabalho que mostra o aumento da sonegação sempre que se aumentam os impostos. Esse imposto sobre transações financeiras tem tudo de ruim. Mas tem um aspecto que por si só justifica todo o ajuste fiscal. É a sua utilização como cadastro. Alguém que apresente um cheque de 100 milhões de cruzeiros no mês de janeiro não vai poder apresentar declaração de renda em abril dizendo que está isento. Para isso, é necessário uma fiscalização bem aparelhada.

Sobre o ajuste num todo, ele está sendo apresentado para tapar um buraco enorme da administração pública. Quem trabalha em serviço público é que faz idéia da deterioração do sistema. Os espaços físicos estão desmoronando, literalmente. Para se ter o mínimo de modernidade tecnológica, o funcionário tem que se equipar por sua conta. Está tudo parado.

Carlos Alberto Cosenza - Isso não é um

ajuste fiscal. É mais um imposto que está sendo criado, supondo que seja, no máximo, US\$ 5 milhões a sua arrecadação. Um novo imposto exige um aumento e reaparelhamento da arrecadação fiscal, porque a sonegação é muito maior do que o que o imposto irá arrecadar. Sem o reforço da máquina fiscal, de nada adianta. Você tem uma reforma fiscal que não é uma reforma fiscal, é só mais um imposto, que irá onerar mais a classe média, pois os grandes sonegadores continuarão driblando a Receita Federal, já que o governo passado desmontou todo o esquema de fiscalização.

Voltando ao discurso do presidente, ele fala em prosseguir o projeto de privatização de estatais, cujo controle

não seja exigido por razões estratégicas. Mas ele não chega a definir quais os critérios para se estabelecer se uma empresa é ou não estratégica. Uma mudança de orientação ética e jurídica, como foi falado aqui, sem uma definição de longo prazo, não estaria fadada a continuar resolvendo problemas de curto prazo de caixa?

Eduardo Scaletsky - Não tem como evitar a privatização. Tem que se evitar a palhaçada. Claro que a privatização ideal teria de ser atrelada a um projeto de desenvolvimento, a um projeto de política industrial muito consolidado. Isso é muito difícil no atual governo, que na realidade tem menos de dois anos e ainda terá de enfrentar uma série de votações, a começar com o plebiscito. Nada impede que alguns

setores de aço sejam privatizados, nada impede que haja uma terceirização em alguns setores do Estado. O que já está acontecendo.

Sobre o direcionamento desses recursos, eu seria completamente favorável ao abandono dessas políticas sociais indiretas. Programa do leite, da cesta básica, etc. A experiência mostra que esse tipo de coisa nunca deu certo no Brasil. Seria bom que se pensasse em outra maneira de se passar esses recursos, seguindo, inclusive, referências internacionais de repasse direto à população, entre outras coisas, na educação. A privatização é necessária. Esperamos que, diferente do que tem sido

feito até agora, predomine a idéia da pulverização de ações, vincule-se o projeto a um desenvolvimento econômico distributivista.

José Cláudio Ferreira - A questão é: ou se privatiza para quem tem condições de manter e desenvolver as empresas ou se vai perder capital, porque as estatais estão perdendo competitividade para as empresas externas. Podem ser deixadas para a privatização de empresas que conseguem captar recursos no exterior, sem aval do governo. Essa é uma alternativa pragmática para um governo de menos de dois anos.

Carlos Alberto Cosenza - Empresas estratégicas são empresas do setor de energia, Petrobrás, Eletrobrás, com algumas subsidiárias. Mas o importante é que, nos últimos anos, antes de o presidente Itamar assumir, as estatais brasileiras foram sistematicamente desmoralizadas pelo próprio governo. A Petrobrás, como a Eletrobrás, tem o melhor corpo técnico que se conhece. A Petrobrás, hoje, é talvez a maior empresa do mundo que trabalha no campo *off-shore*, sendo requisitada por instituições da Inglaterra, da Alemanha, Noruega, EUA. Tem um corpo técnico excepcional, que foi desmoralizado perante a sociedade para justificar uma série de ações que o governo criou.

Primeiro, a desmoralização; segundo, o critério inadequado da privatização. Vamos admitir que o governo estivesse trocando o patrimônio dessas estatais pela dívida pública. Acontece que foram trocados por papéis coprados por 10%, 15% do seu valor de face. Por empresários, por banqueiros, que depois venderam para o governo por 100%. Vamos admitir que o governo não pudesse fazer isso. Mas o mercado permitiu que se comprasse o patrimônio das estatais, não só com moedas podres. O preço dessas ações foi bem abaixo. O próprio governo poderia ter negociado a 30%, 40% com seus detentores. Há necessidade de entrar recursos efetivos, para que o governo possa canalizar esses recursos para saúde, educação, transportes, etc.. O dinheiro da Usiminas, considerada no mundo como privatização padrão, rendeu ao governo, em dinheiro, Cr\$ 85.000,00.

A saúde, enquanto isso, fica assim: o sacrifício da sociedade brasileira vai do "pequeno" salário do senador e deputado à vida da pessoa que está sem remédios, por exemplo, para uma quimioterapia. Essa é a política de venda de estatais que estava sendo feita; esta é a política de combate à inflação do antigo governo. Deve-se dar uma ênfase social, fazendo com que o Estado retome a sua participação no desenvolvimento, porque, num país subdesenvolvido, é o Estado quem puxa esse capitalismo incipiente.

"Eu acredito que o governo Itamar siga com sua política social e deixe que a sociedade cobre do sistema produtivo os altos índices inflacionários."

Carlos Alberto Cosenza

Sistema de Projeções Qualificadas CORECON-INSIGHT

INFLAÇÃO

O fim da interinidade do presidente Itamar Franco e o afastamento definitivo do ex-presidente Fernando Collor do Palácio do Planalto ainda não influenciaram a expectativa em relação à taxa de inflação dos próximos dois meses. Os índices continuarão estabilizados na alta - pouco acima dos 25,8% registrados pelo IGP-M da Fundação Getúlio Vargas para o mês de dezembro. O Sistema de Projeções Qualificadas do Corecon prevê para janeiro uma inflação de 26%. Para fevereiro, a pesquisa realizada pelos 15 economistas do Corecon prevê uma taxa de 26,5%.

JUROS

O Corecon captou também uma pequena redução nas taxas de juros reais para os títulos públicos, descontada a TR do período. Em janeiro esse índice deverá ficar em 1,4%, muito abaixo da taxa de 1,9% praticada em dezembro. Para fevereiro, os 15 economistas que participam do Sistema de Projeções Qualificadas do Corecon prevêem que os juros declinem mais ainda, até a taxa de 1,3%.

CÂMBIO

A manutenção do câmbio em níveis inferiores à evolução dos preços no mercado interno será a política adotada pelo governo para os primeiros meses deste ano, segundo os números apurados pelo Sistema de Projeções Qualificadas do Corecon. Em janeiro a desvalorização cambial ficará em 24,5% (semelhante à taxa praticada em dezembro do ano passado) para chegar em fevereiro com uma pequena queda em relação a esse patamar: 23,4%.

DÓLAR PARALELO

As projeções que indicavam descontrole para o dólar paralelo neste início de ano não se concretizaram. A incerteza de alguns agentes econômicos em relação à política econômica a ser seguida pelo governo Itamar não chegou a provocar grandes alterações na cotação da moeda americana, que continuará evoluindo em índices próximos aos da inflação. Segundo a projeção do Corecon, o dólar no mercado paralelo chegará ao final de janeiro colado em Cr\$ 18.000,00, 25% acima da marca registrada em dezembro, que foi de Cr\$ 14.400,00. Para fevereiro os 14 economistas do Corecon (houve uma abstenção) prevêem que o *black* chegue a Cr\$ 22.000,00, o que significa uma evolução de 22,2% em relação à cotação anterior.

INDICADORES ECONÔMICOS		
1º Bimestre de 93	JANEIRO	FEVEREIRO
Inflação (IGP - FGV)	26%	26,5%
Taxa de Juros Real (1) <small>(sob títulos públicos)</small>	1,4 %	1,3 %
Taxa de Câmbio	24,5 %	24,3%
Dólar Paralelo (2) <small>(Cr\$)</small>	18.000	22.000
Dólar Comercial <small>(Cr\$)</small>	15.700	19.800
Produção Industrial (anualizada)	- 0,8%	- 0,7%
Superávit Comercial (US\$ milhões)	1	1,1
1993/1992		
Produto Interno Bruto	2,2%	
Taxa de Desemprego	6,1%	
PBK/PIB	15,8%	
Contas Governo/PIB (3)	Déficit	2,5%

(1) Descontada a TR do período. (2) Cotação no último dia do mês. (3) Resultado operacional.

DÓLAR COMERCIAL

A estimativa dos 15 economistas do Corecon indica que nos próximos dois meses a cotação oficial da moeda americana deverá acompanhar a taxa de inflação do período. Para janeiro a cotação oficial do dólar deverá ficar em Cr\$ 15.700,00, o que significa uma evolução de 26,75% em relação ao preço do último dia de dezembro, que foi de Cr\$ 12.387,00. Em fevereiro, segundo as projeções dos 15 economistas do Corecon, o dólar comercial chegará a Cr\$ 19.800,00, o que significará uma evolução de 26,11% em relação a janeiro.

PRODUÇÃO INDUSTRIAL

A previsão do Sistema de Projeções Qualificadas do Corecon para a produção nos dois primeiros meses do ano indica que o nível da atividade econômica continuará sem grandes alterações em relação ao desempenho do ano passado. Para janeiro, a equipe de economistas do Corecon sinaliza com um índice negativo de 0,98%, que chegará em fevereiro batendo nos 0,75% também negativos. Para efeito de comparação vale lembrar que o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) projetou para o ano passado uma queda de -5,9% no acumulado dos 12 meses. A estimativa do Corecon foi realizada com a participação de 14 economistas.

SUPERÁVIT COMERCIAL

O Brasil continuará registrando superávits comerciais em suas trocas externas nos dois primeiros meses de 1993, a exemplo do que conseguiu em todo o ano passado. Para janeiro, os economistas do Corecon prevêem um superávit de US\$ 1 bilhão, que subirá um pouco em fevereiro, chegando a fechar o período em US\$ 1,1 bilhão. Os números da corrente de comércio do mês de dezembro ainda não foram divulgados oficialmente pelo Departamento de Comércio Exterior (Decex) do Banco do Brasil, que trabalha com uma previsão de US\$ 1,5 bilhão para o período. Se forem confirmadas essas expectativas o saldo comercial de 1992 chegará a US\$ 15 bilhões, com exportações de US\$ 35 bilhões e importações de US\$ 20 bilhões.

PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)

A equipe de economistas do Corecon sinaliza com uma evolução positiva para o Produto Interno Bruto (PIB) este ano. Segundo os números apurados no Sistema de Projeções Qualificadas, haverá crescimento de 2,2% no produto, o que significa evolução em relação ao desempenho do ano passado. Ainda não há números oficiais definitivos em relação ao PIB de 1992. A estimativa do IPEA prevê uma queda de 1,5%.

TAXA DE DESEMPREGO

A economia brasileira continuará registrando altas taxas de desemprego aberto em 1993, segundo as projeções do Sistema de Projeções Qualificadas do Corecon. A pesquisa realizada por 13 economistas indica que o índice ficará em 6,1% este ano, muito próximo ao resultado projetado pelo IBGE para o ano passado: 6%.

FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL

A Formação Bruta de Capital ficará em 15,8% em relação ao PIB, este ano, segundo as estimativas de 13 economistas que participam do Sistema de Projeções Qualificadas do Corecon. Esse número significa que a economia brasileira continuará com baixa capacidade de investimento em relação aos níveis conseguidos no passado. Na década de 70 a parcela do PIB destinada à formação bruta de capital era de 23,3%, caindo para 18,3% na década seguinte até chegar a 15% no início dos anos 90.

CONTAS DO GOVERNO

O Sistema de Projeções Qualificadas do Corecon prevê déficit operacional de 3,8% este ano, segundo estimativa de 12 economistas da equipe do Corecon. Houve duas abstenções e uma exceção à regra: um economista prevê um superávit de 4%. Se esse número for contabilizado, o déficit baixará para 2,5%.

OBSERVAÇÕES:

a) As projeções refletem a média das opiniões dos economistas ouvidos pelo Corecon, e foram realizadas entre 20 de dezembro e 5 de janeiro.

b) Fontes dos indicadores econômicos: Fundação Getúlio Vargas, Departamento de Comércio Exterior do Banco do Brasil (DECEX), ANDIMA e o Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas (IPEA).

c) Economistas Consultados: Célio Lora (Price Waterhouse); Aires Manoel Teixeira Pinheiro e Antônio Carlos Porto Gonçalves (DTVM); Sérgio Verlang (FGV); Rodrigo Quental (Cia. Vale do Rio Doce); Adhemar Mineiro (DIEESE); José Eduardo C. Pereira (BNDES); Roberto da Cunha Castelo Branco (Banco Arbi); Gil Pace (GPC Consultores); Eduardo Scaletsky (DIEESE); José Cláudio F. da Silva (IPEA Cândido Mendes); Cláudio Contador (Coppe/UFRJ); Cláudio Considera (Coope/UFRJ); Helena Landau (PUC-RJ); Flávio Castelo Branco (CNI); e Francisco Assis (Banco Marka).

Agricultura: Crise e Recuperação

Sérgio Leite *

O diagnóstico da crise do setor agrário parece ser uma constante na maior parte das análises dos economistas especializados no tema.

Importante tarefa nesse sentido consiste em diferenciar a origem dos processos que conduziram ao estágio crítico da atividade agropecuária no início dos anos 90.

É preciso ter em conta alguns aspectos, que procuraremos abordar sumariamente neste texto, e que resumem-se a: a) identificação da matriz sobre a qual se erige o modelo de modernização do agro a partir de meados dos anos 60; b) capacidade do Estado de implementar e desenvolver mecanismos de política agrícola/agrária que contemplem/contemplassem as reivindicações setorializadas, abrindo, inclusive para a formulação de políticas públicas não necessariamente governamentais; c) participação e representação política dos diversos segmentos presentes no campo, apostando na diversidade que caracteriza a estrutura social agrária nacional; d) inserção internacional da produção local, ressaltando os limites e alcances que a formação de blocos econômicos regionalizados tem sobre o setor especificamente. Desnecessário frisar que a sistematização apontada acima cumpre funções eminentemente analíticas, visto que, na verdade, os diversos pontos são constitutivamente interdependentes. Dado o escopo do trabalho, centraremos nossas atenções nos dois primeiros itens, deixando os demais para outra oportunidade.

Obviamente que esta aproximação à temática rural não se faz sem maiores problemas. Para não nos estendermos em demasia, vale registrar que, na maior parte das vezes, o tema tem sido abordado de forma dicotômica e mecanicista: fala-se em agrário como que para designar situações relacionadas à pobreza rural e ao exercício das políticas sociais e, por oposição, em agrícola, para identificar as condições técnicas e produtivas do

setor, intrinsecamente ligadas aos mecanismos de política econômica. Nessa mesma linha, toma-se o setor rural compreendido strictu sensu pelas atividades agrícolas, pecuárias, extrativistas e florestais; quando, na realidade, o processo produtivo (e porque não dizer também o financeiro, tecnológico e mercantil) ultrapassa as fronteiras acima, pressupondo um tratamento da questão de forma intersectorial e dinâmica, possibilitando estudos comparativos no campo das estruturas agroindustriais e dos sistemas agroalimentares. Não bastassem essas divergências na concepção do agro, sobram terminologias ambíguas, que, ao invés de caracterizar com precisão o objeto em estudo, acabam por servir às generalizações casuísticas que pautam os interesses em jogo. Mais do que um problema semântico, "produtor rural" e "pequena produção", termos utilizados fartamente na década de 80, podem ser comparados à inexatidão de seus antecessores, "rurícola" e "trabalhador nacional", para citar os exemplos das décadas de 60/70 e de 20/30, respectivamente. Prestadas as devidas advertências, vamos aos eixos propostos.

O termo "modernização" porta, com certeza, uma tal generalidade, que torna-se impossível precisar o que, na realidade, consistiu o desenvolvimento capitalista no agro nacional, nos últimos 30, 40 anos. A princípio, descartamos qualquer

significação do moderno com base exclusivamente no emprego de novas tecnologias aplicadas ao processo produtivo agropecuário. É possível dizer que a lógica da modernização das relações sociais, ligadas, direta ou indiretamente à questão agrária, tem raízes em meados dos anos 50, quando deflagram-se alguns dos processos que pontuaram a dinâmica destas relações: a reestruturação da matriz produtiva e tecnológica, a expropriação do campe-

sinato, a inserção da Igreja Católica nas lutas do campo, a alteração na base de dominação nas relações de trabalho tradicionais, e a presença do Estado através de políticas e normas legislativas.

De certa forma, este arranjo da composição de interesses no campo, tendo à frente o Estado, insere-se num padrão de desenvolvimento gestado no país, após a Segunda Grande Guerra, cuja base estava

calçada no processo de substituição de importações, na construção do próprio Estado em oposição à construção da cidadania e na prática populista de governo, modelo esse que se convencionou denominar de nacional-desenvolvimentista. Assim a gênese do modelo agrícola que ora assistimos em crise, fundamenta-se numa orquestração política e econômica em que a agricultura inseria-se de forma específica, dentro de um projeto de industrialização e consolidação do setor produtivo estatal, ainda que marginalizada nos sucessivos planos nacionais de desenvolvimento.

Mais detalhadamente, no caso em pauta, alguns processos podem ser evidenciados: a) a adoção do padrão tecnológico derivado da green revolution norte-americana, calcado basicamente no binômio química mineral-mecanização, que ganhou entre nós, adjetivos como "conservador" e "perverso", justamente pelas consequências deflagradas a partir da sua utilização massiva; b) não obstante as consequências do item anterior, observou-se um aumento da produção e da produtividade, com instrumentos de política que privilegiavam o grande produtor de culturas exportáveis localizadas na região Centro-Sul, ainda que a estrutura fundiária permanecesse inalterada no período, chegando mesmo a atestar uma ligeira concentração da posse da terra; c) a consolidação das cadeias e dos complexos agroindustriais, imprimindo uma dinâmica à produção agropecuária que implicou na sofisticação e diferenciação do produto processado, bem como numa

"Sobram terminologias ambíguas que só servem a generalizações casuísticas"

integração à montante com a indústria química-farmacêutica e de bens de capital; d) a ingerência da esfera financeira nas atividades produtivas do agro, promovendo a integração de capitais agroindustriais e agro-comerciais, bem como fortalecendo a valorização especulativa do imóvel rural e a transformação de ativos reais, como terra e gado, em ativos financeiros.

Por seu turno, a década passada demonstrou que o modelo acima começava a vazar água. Aos crescentes custos sociais e econômicos que o padrão tecnológico implantado passou a apresentar, acrescentaram-se, rapidamente, implicações ecológicas e ambientais que se fizeram sentir na estrutura do consumo alimentar (revigorando a onda diet), na valorização dos recursos naturais não renováveis e na alteração radical das formas de produção, privilegiando a adoção de tecnologias calcadas na química fina/biotecnologia e na divulgação de sistemas produtivos (sobretudo extrativistas) em que a exploração da biodiversidade se fizesse sentir de forma sistêmica. O advento do emprego da biotecnologia e da informática no agro colocou, de certa forma, em xeque a estrutura das relações internacionais e a generalização das economias de escala no processo produtivo agropecuário, relativizando o mito do *big is beautiful*.

Por outro lado, o acirramento da concorrência inter-capitalista no agro (sobretudo na parte industrial da cadeia), motivado inclusive pela alteração na política de financiamento da produção, corroborou o fortalecimento de cadeias agroindustriais específicas, rebatendo inclusive na organização político-representativa destes setores. Em alguma medida as oscilações de preço e produção do agro foram influenciadas pela assimetria de ciclos econômicos diferenciados, quando comparados os setores industrial e agrícola strictu sensu, sobretudo frente à conjuntura extremamente instável e recessiva de boa parte da década de 80. Reflexos destas contra-marchas fizeram-se sentir, por exemplo, sobre a agricultura paulista, vitrine do modelo de modernização exposto. Com base na constatação de que, entre 1980 e 1991, a área cultivada cresceu apenas

7%, a renda bruta do setor caiu 36% e o volume físico da produção aumentou 36%; o empresariado, diga-se de passagem o grande empresário, ao mesmo tempo que comemorava a "auto-suficiência" de mercado, passou violentamente a criticar a inércia governamental, reivindicando para si os mesmos privilégios da farta transferência de renda dos anos 70.

Mais do que um processo de balconização do Estado e privatização de interesses públicos, tratou-se, na verdade, de uma reordenação da estrutura produtiva do setor, em meio a uma economia em crise, onde pesou significativamente a ausência de um projeto político que apontasse alternativas que articulassem o quadro decadente da sociedade brasileira ao esboço de uma nova ordem econômica democrática. O agravamento desse processo consubstanciou-se no declínio da produção de máquinas para o campo, na redução de recursos financeiros para o plantio e comercialização, no encarecimento dos insumos tradicionais e no reforço da produção de exportáveis, quando a população brasileira deixava de consumir 2.375 kcal e 53,9 gramas de calorias e proteínas per capita em 1980/82 e passava a registrar 1.972 kcal e 51,5 gramas em 1986/88.

Aqui cabe abrir parênteses para o perfil de atuação governamental. Se durante os anos 60/70 o Sistema Nacional de Crédito Rural pautava a injeção de recursos financeiros no setor e corroborava a integração produtiva e tecnológico da agricultura aos ramos industriais, no período seguinte este mecanismo foi substituído pela Política de Garantia de Preços Mínimos, que passou a arrecadar boa parte da produção privada. Em meio à crise fiscal e frente às sucessivas reviravoltas das

políticas de estabilização, perdeu-se a capacidade de apontar para o campo e adjacências, diretrizes de médio e longo prazo, inclusive aquelas de caráter indutor. O engessamento das funções reguladoras do Estado, consubstanciou-se na adoção de políticas tóxicas e emergenciais, que tiveram algum sucesso no período das chamadas super-safras.

No entanto, a busca pelo alongamento do padrão vivenciado na modernização resultou na sanção da Lei Agrícola, já em 1991, que repunha privilégios e colocava uma pá de cal na vinculação dos interesses "agrícolas" aos "agrários" e na inserção da produção familiar no contexto produtivo nacional. Vetada, por influência da ex-ministra Zélia

Cardoso de Mello, as prerrogativas mais ousadas, a classe soube reverter nos pacotes subsequentes os arroubos ao erário público, patrocinados pelo então ministro Antonio Cabrera.

Interessante notar, que entre os picos e depressões da "ordem agrícola" estabelecida, pouco se falava da questão fundiária. Em mais de uma ocasião (no Estatuto da Terra e no Plano Nacional de Reforma Agrá-

ria da Nova República) esta questão ficou subordinada aos desígnios da Política Nacional de Desenvolvimento Rural, enquanto que os resultados dos programas fundiários apontavam baixa expressividade nas metas realizadas e carência de recursos (humanos, financeiros e tecnológicos) nos assentamentos rurais implantados. Avaliações globais recentes tendem a computar uma geração de renda média em torno de 3 a 4 salários mínimos mensais por família nesses estabelecimentos, e a indicar que a produção familiar poderia, se fortalecida, contribuir no aumento da produção, na distribuição de renda e no emprego de parcela dos mais de 28

milhões de pessoas expulsos do campo entre 1960 e 1980. A julgar pela votação da Lei Agrária, em janeiro de 1993, a desapropriação de imóveis que não cumpram com sua função social, encontrará obstáculos para sua operacionalização.

Frente ao esgotamento do modelo acima, algumas questões devem ser elencadas para a construção de um novo projeto que se coloque como alternativa ao estagnacionismo presente ou mesmo aos interesses na manutenção do status quo. Alguns pontos, entre outros tantos, podem ser mencionados. A revisão do modelo de agroindustrialização nacional, dada sua característica extremamente concentradora, constitui-se num dos aspectos a merecer atenção. Ensaio recentes demonstraram a realocação da base territorial do parque industrial, do Sul-Sudeste para o Centro-Oeste, que apesar da integração produtiva das antigas regiões de fronteira, ainda não contempla possibilidades de conjugação da propriedade familiar e da economia local com as estratégias empresariais do ramo. Outro ponto a ser revisto, diz respeito à estrutura fundiária. Mais do que distribuir terras e atender demandas eminentemente emergenciais, é preciso repensar a matriz a que fizemos menção, e apontar formas de estabelecer a produção familiar, dando conta da criação de novos postos de trabalho no campo e aproveitando as vantagens de um aproveitamento que respeite a biodiversidade das distintas regiões brasileiras. Finalmente, para não listar outros aspectos não menos importantes, explorar o exercício de políticas agrícolas/agrárias no âmbito regional, respaldadas pela reforma fiscal/tributária consumada na Constituição Federal de 1988 e em experiências exitosas levadas a cabo nos últimos tempos, sem o prejuízo do poder regulador do governo central. Ou isso, ou a recuperação do setor permanecerá exclusivamente nas previsões dos analistas.

(*) Economista, Mestre em Desenvolvimento Agrícola pelo CPDA/UFRRJ e Pesquisador do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE).

"É preciso repensar a matriz e apontar formas de estabelecer a produção familiar"

A Casa do Economista

O CORECON deu o primeiro passo em direção à realização de um antigo sonho - a construção da "Casa do Economista" - ao adquirir, em janeiro deste ano, os números dois, três e quatro da rua Bento Lisboa, esquina com Pedro Américo, no Catete. São casas geminadas que irão abrigar num mesmo espaço físico as três entidades de economia do Rio de Janeiro: o próprio CORECON, o IERJ e o Sindicato dos Economistas.

A idéia da "Casa do Economista" é que se crie um local de múltiplas atividades, onde os profissionais da área possam encontrar coisas de seu interesse, como uma biblioteca, uma videoteca e um amplo salão para reuniões conjuntas das três entidades, onde também poderão ocorrer cursos de atualização e solenidades. Haverá ainda espaço para o lazer, com bar ou restaurante que incentive a frequência do lugar. Também estão previstas eventuais atividades comerciais, como, por exemplo, uma livraria especializada em temas do setor.

"A casa deverá estimular o pensamento político e econômico do Rio de Janeiro, que anda meio inerte", diz João Manoel Gonçalves Barbosa, presidente do Sindicato dos Economistas, orgulhoso pela tão esperada concretização de um antigo sonho: "Na época da ditadura militar, o único órgão de classe dos economistas era o IERJ. Depois veio o CORECON e por último o Sindicato. Era uma necessidade da época que nós nos dividíssemos. Agora, buscamos a unificação". E para o presidente do CORECON, Maurício Buzanowsky, essa unificação deverá ser feita sem que se perca a identidade de cada um dos três órgãos da classe, que deverão manter suas características jurídicas e práticas. Buzanowsky acredita que o novo espaço deva se destinar a grandes decisões, sem descaracterizar as entidades. "É um projeto ambicioso, que deve se realizar passo a passo, para ser bem sucedido", conclui Maurício.

Cautela é também o que recomenda um dos principais idealizadores do novo espaço, Carlos Lessa, para quem o projeto ainda tem muito que caminhar. Foi ainda na gestão de Lessa que o CORECON efetivou a aquisição da casa. "A compra desse imóvel no Catete é o início. Agora temos que nos reunir para discutirmos as obras de restauração. Essa parte é que necessita de maior cuidado e de estudos exaustivos. Só depois de muito planejamento é que o projeto poderá ser colocado em prática".

A economista Maria da Conceição Tavares, presidente do IERJ, aponta os benefícios da unificação: "Nossa classe tem sofrido bastante, principalmente os que fizeram parte do movimento de renovação dos anos 70". Para ela, a casa servirá como um "fórum", concentrando esforços de diferentes pensamentos econômicos. "Além do mais, é um caminho moderno de trabalho a ser tomado, diferente da atividade, até amadora, que temos hoje, com cada um em sua própria instituição".

A "Casa do Economista" chegou a existir há quatro anos, com sede na rua Presidente Wilson, no centro da cidade, próxima ao Consulado Americano. Ela funcionou por dois anos mas, na época, as entidades não conseguiram mantê-la, devido aos altos custos com aluguel. "Nesse aspecto, a compra do imóvel garante a estabilidade física do projeto. Esse problema já foi superado", ressalta João Manoel.

Para efetivar a integração das três entidades, antes mesmo de se criar um espaço físico concreto, já está em prática uma política de integração de diretorias, fazendo com que membros do conselho de uma entidade participem ativamente também na direção de outras. Os economistas esperam, com isso, a realização de um trabalho conjunto, que consiga trazer bons resultados para a área econômica do Rio de Janeiro.

I N F O R M E
CORECON

IMPRESSO

PORTE PAGO
DR/RJ
ISR 52.2246/86

